A suspensão condicional do processo disciplinar

Cynthia Pollyanna de Faria Franco¹

Sumário: 1. Introdução – 2. Regime jurídico disciplinar – 3. A suspensão condicional no processo disciplinar – 4. Conclusão – 5. Referências bibliográficas.

1. Introdução

A opção pela abordagem dessa temática no corpo deste trabalho foi decorrência da nossa reflexão acerca da necessidade de adoção de alternativa despenalizadora, no âmbito do processo disciplinar, diante das hipóteses envolvendo a prática de ilícito administrativo² de menor potencial lesivo.

O que se pretende difundir ao final é o aspecto prático inovador da inserção de dispositivo legal tendente ao controle consensual estatal, contrapondo-se ao caráter punitivo do poder sancionatório estatal³ a partir de uma nova sistemática processual que tenha por objeto trans-

1 Procuradora do Estado de São Paulo graduada pela Pontifícia Universidade Católica.

2 O ilícito administrativo, pois, nada mais é que um comportamento reprovado pelo código de conduta funcional, estabelecido em lei para os servidores públicos, passível de atrair reprimenda disciplinar contra o agente faltoso, depois da apuração da irregularidade pela autoridade administrativa competente e da concessão de franquias constitucionais e legais indispensáveis à plenitude do direito de defesa e da garantia do contraditório em todas as fases do processo administrativo sancionador (Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância à Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Antonio Carlos Alencar Carvalho, editora Fórum, 2011, p. 77).

3 O caráter sancionatório do poder disciplinar funciona como meio de conduzir a atuação funcional dos servidores públicos de acordo com os parâmetros consagrados no ordenamento jurídico e considerados necessários para a efetiva proteção do interesse público e da boa gestão da máquina administrativa (Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância à Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Antonio Carlos Alencar Carvalho, editora Fórum, 2011, p. 65).

gressões funcionais de pequena gravidade praticadas por servidores⁴ vinculados à Administração Pública⁵.

Seguindo essa nova concepção, nitidamente inspirada no Direito Penal, surgiram várias legislações propondo, em certa medida, a mitigação do princípio da indisponibilidade do interesse público na esfera disciplinar, a partir da instituição de uma fórmula alternativa à instrução processual e à consequente decisão administrativa unilateral.

A título de exemplo, trazemos à colação o instituto da *suspensão condicional do processo disciplinar*, o qual difunde um novo paradigma na relação entre o servidor e o Poder Público, muito mais aberta ao consenso, com vistas a uma solução razoável e adequada às hipóteses de cometimento de infrações administrativas menos gravosas.

A abordagem desta vertente disciplinar representa uma nova perspectiva ao controle punitivo estatal⁶, calcada em escolha valorativa revolucionária, na qual se conjugam, harmonicamente, os princípios da eficiência, da economicidade, da legalidade, da impessoalidade, da celeridade, da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho, da segurança jurídica e da isonomia, todos eles considerados sob a ótica do Estado Democrático de Direito.

4 O gênero agente público abrange as várias espécies de pessoas que atuam em nome do Estado, sob diversos títulos jurídicos, dentre os quais: os agentes políticos que se ligam por vínculo de natureza política, empregados estatais que mantêm com a Administração Pública relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, servidores públicos detentores de cargos públicos de provimento efetivo e agentes públicos investidos em cargos em comissão.

5 A Administração Pública é, em sentido subjetivo ou orgânico, o conjunto dos órgãos e entidades estruturados para desempenhar a função administrativa do Estado, como a Presidência da República, os Ministérios, as Secretarias de Estado e Governo, Procuradorias, departamentos distritais, estaduais e municipais (Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância à Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Antonio Carlos Alencar Carvalho, editora Fórum, 2011, p. 51).

6 O poder disciplinar da Administração é representado pela faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores, controlando suas condutas internas (MS nº 7.983/DF, relator o Ministro Hélio Quaglia Barbosa, 3ª Seção, DJ, p. 131, 30/03,2005). No mesmo sentido, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região estatui que “poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da administração por relações de qualquer natureza, subordinando-se às normas de funcionamento do serviço ou do estabelecimento a que passam a integrar definitiva ou transitoriamente” (AC-Apelação Cível nº 9.084, relator o Desembargador federal David Diniz, 1ª Turma, DJU, p. 372, 05.09.2000).

Como adiante se verá, trata-se de uma nova roupagem jurídica conferida ao instituto da suspensão condicional do processo, tal como previsto no artigo 89 da Lei 9.099/95⁷, assim considerado como parâmetro de construção para um novo modelo processual administrativo.

Melhor explicando, em conformidade com essa nova sistemática, o administrador público terá o dever jurídico de propor ao agente público processado (primário) a possibilidade de aceitar as condições previamente estabelecidas⁸, a serem cumpridas durante lapso de tempo fixado, sobrestando a tramitação processual até o término do período de prova sem revogação.

Por seu turno, será facultado ao acusado, acompanhado de defesa técnica, recusar a proposta formulada e dar continuidade ao processo, em seus ulteriores atos, de acordo com os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Feitas essas considerações iniciais, trataremos a seguir dos reflexos da incorporação dessa sistemática no âmbito disciplinar e da sua relevância nos rumos do poder sancionador estatal.

2. Regime jurídico disciplinar

O regime jurídico disciplinar⁹ tem por objeto assegurar a normalidade da atuação estatal, estabelecendo-se normas internas destinadas aos servidores públicos¹⁰, cuja violação ensejará a responsabilização do infrator por intermédio da imposição da correspondente reprimenda¹¹.

7 Art. 89 – Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

8 A fixação das condições obrigatórias, tal como preconizado na legislação, bem como das facultativas, estarão adstritas ao princípio da adequação.

9 O regime jurídico disciplinar disciplina as regras éticas de obrigatoria observância pelos servidores públicos no exercício funcional (Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância à Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Antonio Carlos Alencar Carvalho, editora Fórum, 2011, p. 72).

10 A obrigação fundamental de todo funcionário é a de cumprir seu próprio ofício, ou seja, de fazer querer e agir o Estado (Princípios de Direito Constitucional Geral, Santi Romano, editora Revista dos Tribunais, 1977, p. 204).

11 As penas disciplinares são espécies de sanções jurídicas, previstas em lei, de modo a compelir os servidores públicos a obedecerem às regras de conduta funcional, em vista de preservar a regularidade no serviço público e o império dos princípios constitucionais e legais nas

A dosimetria da sanção originalmente prevista como aplicável resultará de uma análise profunda e concreta acerca da gravidade do ilícito administrativo cometido e de todas as circunstâncias objetivas e subjetivas presentes, observando-se, em conjunto, os princípios da proporcionalidade, da individualização da pena e do devido processo legal.

Considerado esse conceito tradicional como regra em nosso ordenamento jurídico, mister destacarmos a feição essencialmente apenadora do poder sancionador estatal, na medida em que se destina a reprimir os desvios de comportamento dos servidores públicos por meio de processo administrativo disciplinar que culmina com a imposição de penalidade ao infrator, à guisa de elemento desencorajador à violação de normas funcionais.

De tal sorte que a adoção dessa providência constitui-se em dever jurídico¹² decorrente do poder hierárquico¹³, de cuja omissão¹⁴ afrontará o disposto nos arts. 319 e 320 do Código Penal (prevaricação ou condescendência criminosa)¹⁵.

atividades desenvolvidas pelos que atuam em nome da Administração Pública (Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância à Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Antonio Carlos Alencar Carvalho, editora Fórum, 2011, p. 810).

- 12 O Direito Público zela pelos interesses da sociedade como um todo, cujo atendimento não é um problema pessoal do administrador público, mas um dever jurídico inescusável, pelo que, no direito administrativo, a ideia de autonomia da vontade cede lugar à de função, de dever de atendimento do interesse público (Curso de Direito Administrativo, Celso Antônio Bandeira de Mello, editora Malheiros, 2000, p. 25).
- 13 O mestre Hely Lopes Meirelles ensina que o poder hierárquico atua como instrumento de organização e aperfeiçoamento do serviço e como forma de responsabilização dos agentes administrativos, impondo a estes o dever de obediência, com vistas a ordenar as atividades da Administração, repartindo e escalonando as funções entre os agentes públicos para que cada um possa desenvolver seus encargos com eficiência, além de servir de meio para coordenar as funções administrativas, a fim de que tomem curso harmoniosamente, também para controlar e velar pelo cumprimento da lei, e das instruções, com o acompanhamento da conduta e do desempenho de cada servidor, e para corrigir os erros administrativos por meio da revisão dos atos dos subordinados pelos seus superiores (Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância à Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública, Antonio Carlos Alencar Carvalho, editora Fórum, 2011, p. 62).
- 14 Sob o ângulo da Administração, a ciência de atos, fatos, condutas, omissões, irregularidades, suscetíveis de configurar infração disciplinar, desencadeia o exercício do poder disciplinar (Direito Administrativo Moderno, Odete Medauar, editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 353).
- 15 Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena -

Por outro lado, temos que a infração disciplinar também poderá ocasionar uma qualificação penal adicional e até mesmo uma repercussão patrimonial na esfera civil, conforme a dimensão da falta praticada.

Seja como for, independentemente do desdobramento em cada instância, a autoridade competente, tão logo tenha conhecimento da ocorrência do fato descrito como ilícito administrativo, deverá exercer o poder sancionador de forma irrenunciável, intransigível e obrigatória, com vistas ao atendimento do princípio da legalidade.

3. A suspensão condicional do processo disciplinar

A variedade e a complexidade das atribuições estatais repercutiram no amplo tratamento conferido pela Constituição Federal de 1988, na qual foi revelada uma tendência à modernização da gestão pública¹⁶ com vistas ao incremento da eficiência na Administração Pública e à redução dos gastos públicos.

Nesse espectro, notamos uma maior inclinação ao aperfeiçoamento de medidas voltadas à melhoria contínua do Poder Público como resultado das inúmeras propostas de reforma administrativa e da busca por uma Administração justa, desburocratizada e isonômica no atendimento aos interesses coletivos, na execução satisfatória de políticas públicas e na prestação de serviços de excelência.

Essa nova visão gerencial estatal alinha-se ao novo contexto social, sendo aplicável, inclusive, ao direito administrativo disciplinar.

Nesse cenário, inseriu-se a suspensão condicional do processo administrativo disciplinar, reconhecida como novo paradigma à abrevia-

detenção, de três meses a um ano, e multa. Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

16 Desde a metade da década de 1990, várias inovações estruturais ou retorques focalizados em matéria de gestão pública vêm sendo feitos por normas legais (e mesmo constitucionais). O objetivo geral tem sido o de obter flexibilizações e adaptações em regimes que haviam se tornado excessivamente rígidos. (Direito e Administração Pública, organizadores Floriano de Azevedo Marques Neto, Fernando Dias Menezes de Almeida, Irene Patrícia Nohara e Thiago Marrara, editora Atlas, 2013, p. 39).

ção do procedimento por meio da presteza, celeridade, produtividade, efetividade e economicidade, aplicável às hipóteses de infração de menor potencial ofensivo.

Trata-se, portanto, de mecanismo alternativo voltado à despenalização indireta do acusado, não havendo que se falar em reconhecimento da atipicidade de conduta ou confissão de falta funcional.

A conceituação da infração de menor potencial lesivo não é tarefa fácil, podendo ser deduzida a partir das referências normativas sobre o tema, agregando-se o pressuposto da primariedade e da inexistência de concessão anterior do benefício¹⁷.

Merece registro, outrossim, o fato de que nenhum dispositivo legislativo arriscou-se até hoje em defini-la, havendo, contudo, a Instrução Normativa CGU nº 4, de 17 de fevereiro de 2009, a qual reproduz a ideia de obediência aos princípios da eficiência e do interesse público por meio da racionalização dos procedimentos administrativos e da eliminação de controles, cujo custo de implementação seja manifestamente desproporcional em relação ao benefício.

Segundo o art. 1º do sobredito texto normativo:

“Em caso de extravio ou dano a bem público, que implicar prejuízo de pequeno valor, poderá a apuração do fato ser realizada por intermédio de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA).

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, considera-se *prejuízo de pequeno valor* aquele cujo preço de mercado para aquisição ou reparação do bem extraviado ou danificado seja igual ou inferior ao limite estabelecido como de licitação dispensável, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993”.

De modo que os contornos desse conceito vêm ganhando reforços legislativos significativos, dentre eles podemos citar a Lei Municipal n.º 9.310, de 12.01.2007, de Belo Horizonte – MG (regulamentada pelo

17 De modo que não se aplicaria esse novo instituto diante de fatos concretos que configurem ilícito penal contra a Administração Pública, crimes aos quais seja cominada pena mínima igual ou superior a um ano, atos de improbidade administrativa, hipóteses de abandono ou frequência irregular ao trabalho, só para citar alguns.

Decreto nº 12.636/07), a Lei nº 1.818, de 23.08.2007, do Estado do Tocantins, a Instrução Normativa nº 04, de 17.02.2009, da Controladoria Geral da União, a Lei nº 3.278, de 21.07.2008, do Estado do Amazonas, dentre outras.

Nesse ritmo, temos que o aspecto terminológico da suspensão condicional do processo poderá ser compreendido como a etapa preliminar à instauração do procedimento administrativo disciplinar na qual é oferecida a oportunidade ao funcionário de se manifestar acerca da proposta elaborada pela Administração Pública.

Os respectivos termos e condições previstos na proposta (reparação do dano ao erário¹⁸, impossibilidade da prática de nova infração, elaboração de relatórios, prestação de serviços à comunidade, realização de curso de capacitação etc.) estarão expressamente elencados pela lei, sendo obrigatório o seu cumprimento por um determinado período de tempo, sob pena de revogação da benesse e prosseguimento da instrução processual e do cômputo prescricional.

Ao final, expirado o período de prova com o cumprimento das condições estabelecidas, será declarada extinta a punibilidade do servidor com o arquivamento do feito, vedada a renovação desse benefício pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Desse modo, a lógica do processo disciplinar passa a ser a de cunho consensual¹⁹ e não punitivo, em manifesto prestígio aos princípios constitucionais da eficiência, celeridade processual²⁰, proporcionalidade

18 Nesse particular, devemos ter em conta que a necessidade de reparação do dano, à qual deverá ser atendida durante o período de prova, ainda que de forma parcelada, cabendo ao servidor demonstrar eventual hipossuficiência econômica em fazê-lo, pena de revogação do benefício.

19 Seja no plano doutrinário, seja na prática do Direito Administrativo, a atuação administrativa consensual passa a ser encarada como uma efetiva forma de satisfação das finalidades públicas, colocando em evidência o binômio imperatividade-consensualidade. A consensualidade coloca em xeque o paradigma da imperatividade, ditando uma dinâmica de atuação bastante diferenciada daquela tradicionalmente considerada nos atos administrativos unilaterais e imperativos. (Os Caminhos do Ato Administrativo, coordenação Odete Medauar e Vitor Rhein Schirato, editora Revista dos Tribunais, 2012, p. 49).

20 O processo disciplinar contém uma pena em si próprio, independentemente da sanção a ser aplicada ou não, sendo que a demora no seu desfecho ocasiona “um sobrecusto inflacionário proporcional à duração do processo. No que tange à duração razoável do processo, entendemos que a aceleração deve produzir-se não a partir da visão utilitarista,

e razoabilidade. Isso sem falar na economia ao erário, na diminuição quantitativa de procedimentos disciplinares em andamento e no melhor direcionamento aos processos mais complexos envolvendo condutas de de maior gravidade.

Por esse motivo, ao nosso sentir, essa estrutura inovadora de atuação consensual tem se revelado potencialmente mais proveitosa em seus mecanismos de ação, representando novos horizontes na política de uma gestão pública participativa e estável nas relações com seus servidores.

Além de tudo isso, inolvidável que essa temática se afigura num modelo humanista no qual se reconhece a falibilidade do servidor e aposta na sua recuperação, em consagração a dois valores fundamentais da República Federativa do Brasil, quais sejam: o valor social do trabalho e o princípio da dignidade da pessoa humana²¹ (art. 1º, incisos III e IV da Constituição Federal).

Trata-se, portanto, de instrumento marcante que altera a lógica dos mecanismos de controle, com vistas à obtenção de maior resultado prático com o mínimo possível de atividade processual e, conseqüentemente, à redução de gastos.

Guiada por esse ideário, encontra-se em trâmite perante a Assembleia Legislativa Paulista projeto de lei complementar de iniciativa do Governador do Estado, que introduz uma nova Lei Orgânica para a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo²² (PLC nº 25/2013²³), o qual

da ilusão de uma justiça imediata, destinada à imediata satisfação dos desejos de vingança. O processo deve durar um prazo razoável para a necessária maturação e cognição, mas sem excessos, pois o grande prejudicado é o réu, aquele submetido ao ritual degradante e à angústia prolongada da situação de pendência. O processo deve ser mais célere para evitar o sofrimento desnecessário de quem a ele está submetido. É uma inversão na ótica da aceleração: acelerar para abreviar o sofrimento do réu” (Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal, Aury Lopes Jr., editora Lumen Juris, 2003, p.87).

- 21 O princípio da dignidade da pessoa humana consiste não apenas em fundamento de posições jurídico-subjetivas, ou seja, norma definidora de direitos e garantias, mas também de deveres fundamentais (Suspensão Condicional do Processo – Análise Garantista, Angélica Karina de Azevedo Caúla e Silva, editora Juruá, Curitiba, 2007, p. 103).
- 22 As normas sobre processo administrativo disciplinar e sindicância devem ser definidas por lei própria de cada ente federado.
- 23 Art. 145 - Nas hipóteses previstas no artigo 135, inciso I, e após a portaria de instauração da sindicância a que se refere o artigo 146, ambos desta lei complementar, o Corregedor Geral proporá ao Procurador do Estado acusado a suspensão do procedimento pelo prazo

prevê a implantação de mecanismo similar no âmbito da advocacia pública bandeirante.

Em linhas gerais, segundo esse novo modelo, temos que o Corregedor Geral da Procuradoria Geral do Estado, após a instauração da sindicância, poderá propor a suspensão condicional do procedimento pelo prazo de 1 (um) ano ao Procurador do Estado dotado de primariedade.

As condições da suspensão importarão na apresentação de relatório de atividades e frequência regular ao serviço.

A eventual prática de outra falta disciplinar ou o descumprimento dos critérios anteriormente fixados acarretarão a revogação do benefício com a adoção *incontinenti* dos procedimentos disciplinares cabíveis.

Expirado o prazo de suspensão e tendo sido cumpridas todas as condições impostas, o Corregedor Geral encaminhará os autos ao Procurador Geral para a declaração da extinção da punibilidade e o arquivamento do feito.

Durante esse intervalo de tempo ficará suspenso o lapso prescricional, vedado ao Procurador do Estado, durante o período de prova, ocupar cargo em comissão ou exercer função/cargo de confiança.

Assim é que ao Procurador do Estado que aderir às condições e exigências impostas pela Administração Pública será concedido um crédito de confiança e uma segunda chance de manter, incólume, a primariedade

de 1 (um) ano, desde que não tenha sido apenado por outra infração disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos.

§ 1º - O Corregedor Geral especificará as condições da suspensão, em especial a apresentação de relatórios trimestrais de atividades e a frequência regular sem faltas injustificadas.

§ 2º - A suspensão será revogada se o beneficiário vier a ser processado por outra falta disciplinar ou se descumprir as condições estabelecidas no § 1º deste artigo, prosseguindo-se, nesses casos, os procedimentos disciplinares cabíveis.

§ 3º - Expirado o prazo da suspensão e tendo sido cumpridas suas condições, o Corregedor Geral encaminhará os autos ao Procurador Geral para a declaração da extinção da punibilidade.

§ 4º - Não será concedido novo benefício idêntico durante o dobro do prazo da anterior suspensão, contado da declaração de extinção da punibilidade, na forma do § 3º deste artigo.

§ 5º - Durante o período da suspensão não correrá prazo prescricional, ficando vedado ao Procurador do Estado acusado ocupar cargo em comissão ou exercer função de confiança.

em seus assentos funcionais, estimulando-o a cumprir com seus deveres da melhor forma possível.

Com isso, evita-se todo o trâmite processual, o qual, por si só, expõe o servidor a rituais burocráticos (citação, interrogatório, audiência de instrução) e de alto custo para o Poder Público (exame médico, grafo-técnico, contábil etc.).

4. Conclusão

A existência de regras disciplinares colima prevenir o cometimento de irregularidades no serviço público, garantindo-se a preservação dos valores superiores da coletividade confiados à Administração Pública.

Dito de outro modo, praticada uma falta disciplinar será instaurado o respectivo procedimento administrativo disciplinar cujo desfecho importará em ato decisório adstrito à vontade da lei e à impessoalidade da autoridade julgadora.

Paralelo a essa visão tradicional de poder sancionador estatal, exsurge um novo mecanismo processual voltado à consensualidade²⁴, qual seja, o da suspensão condicional do processo, o qual proporciona o adiamento da deflagração do procedimento disciplinar, logo após a sua instauração pela portaria inaugural, desde que o servidor acusado atenda a determinados pressupostos concebidos por lei, devendo ele obedecer às condições impostas durante certo período de tempo, findo o qual será extinta a punibilidade com o arquivamento do feito.

Assim é que essa nova dinâmica da atuação administrativa consensual²⁵ atende de forma primordial à característica do *nolo contendere*,

24 A consensualidade é caracterizada pela negociação da prerrogativa imperativa, seja para especificar a forma de exercício da imperatividade, seja para substituir um comando imperativo por outro inteiramente consensual. Antípoda à decisão unilateral e imposta verticalmente, a consensualidade demanda a aquiescência da decisão administrativa tanto pelo Poder Público quanto pelo servidor (Os Caminhos do Ato Administrativo, coordenação Odete Medauar e Vitor Rheini Schirato, editora Revista dos Tribunais, 2012, p.75).

25 A atuação consensual da Administração não significa ignorar as suas competências nem vilipendiar os interesses públicos indisponíveis. Trata-se, na realidade, de admitir soluções que componham da melhor forma possível todos os interesses públicos envolvidos (Direito e Administração Pública, organizadores Floriano de Azevedo Marques Neto, Fernando Dias Menezes de Almeida, Irene Patrícia Nohara e Thiago Marrara, editora Atlas, 2013, p. 836).

cujos propósitos são o de assegurar a defesa do acusado sem adentrar o mérito da causa.

É preciso assentarmos a esta altura que os critérios fixados para a concessão da suspensão condicional do processo decorrem de ação legislativa genérica e abstrata que se amolda ao caso concreto, não havendo que se falar em subjetivismo.

Ainda segundo essa nova sistemática, uma vez aceito o compromisso firmado²⁶, haverá um reajustamento natural de conduta do interessado, permitindo-lhe uma reavaliação dos fatos com vistas à melhoria do seu desempenho funcional e uma autocrítica eficaz no restabelecimento dos serviços prestados.

De modo que a celeridade no desfecho da questão posta, a economia de recursos públicos, a manutenção do servidor em serviço, a efetividade na realização da função pública garantem uma gestão pública de vanguarda que vem se revelando como um novo desafio no desempenho funcional do servidor e, por consequência, da atuação administrativa moderna.

Invocando os dizeres de um dos maiores expoentes dessa nova metodologia, Luciano Ferraz nos ensina que “a ideia fundamental subjacente ao modelo proposto foi a alteração da lógica dos mecanismos de controle, que deixam de ser visualizados numa vertente estritamente sancionatória – visão típica do Direito concebido como ordem de coerção –, para se afirmar como meio de pacificação negociada das controvérsias na ordem interna, na conformidade do que preceitua o preâmbulo da Constituição da República de 1988 (CR). Com efeito, a concepção da atividade de controle exclusivamente como ‘controle-sanção’ pertence ao tempo em que tanto a atividade de administração pública quanto o ordenamento jurídico buscavam sua essência no positivismo: a administração seria eficiente e otimizada se cumprisse fidedignamente os procedimentos traçados pelos regulamentos organizacionais (Escola da Administração Científica), e o Direito restaria respeitado à medida que o Administrador cumprisse à risca os artigos

26 Trata-se de ato bilateral e consensual, limitado pelo princípio da oportunidade regrada (ato vinculado) e pelo princípio da autonomia da vontade do acusado (ato facultativo) acerca de um determinado fato imputado a este último, observados os requisitos legalmente previstos.

de Lei (abstrata e genérica) predispostos pelo Legislador (princípio da legalidade estrita)²⁷”.

Registre-se ademais que esse instituto não se contrapõe à obrigatoriedade de instauração de procedimento administrativo disciplinar, havendo apenas uma flexibilização do seu alcance em hipóteses excepcionais legalmente previstas.

Por outro lado, o único efeito secundário decorrente da medida em comento é o impedimento da concessão do mesmo benefício dentro de um determinado lapso temporal, não havendo julgamento do mérito (condenação/absolvição), discussão acerca da culpa/dolo ou, ainda, a perda da primariedade²⁸.

De tal sorte que a proposta de suspensão condicional do processo conterà o tempo de sua duração, as condições impostas/aceitas, a concordância expressa do acusado, chancelada pela defesa técnica, ficando adiada ou mesmo suprimida a tramitação processual²⁹.

Concluindo, a suspensão condicional do processo representa, portanto, verdadeira alteração de paradigma processual disciplinar, embasado na agilização e modernização do procedimento de controle estatal diante do cometimento de ilícito de menor potencial lesivo,

27 FERRAZ, Luciano. Controle consensual da Administração Pública e suspensão condicional do processo administrativo disciplinar (SUSPAD): A experiência do município de Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/eventos/SDD/Painel%20VI%20-%20Transa%C%A7%C3%A3o%20Administrativa%20-%20Luciano%20Ferraz.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2012.

28 À luz desse raciocínio, em caso de descumprimento das exigências impostas, durante o período de prova, o benefício em questão será revogado com o reinício do cômputo do lapso prescricional e dos demais atos processuais que se seguirem, resguardadas todas as garantias constitucionais do processo.

29 O ato de aceitação do processado é primordial para a homologação da avença, tendo ele por fundamento a autodisciplina e o senso de responsabilidade, sendo, por essa razão, irretratável. O ato bilateral decorrente da aceitação dos termos e condições impostos não tem natureza jurídica de ato administrativo decisório na medida em que não condena e nem absolve o servidor, muito menos julga extinta a punibilidade. Cuida-se muito mais de ato administrativo homologatório, revogável a qualquer tempo, diante do descumprimento das cláusulas concebidas. A fim de se evitar essa revogação, tão logo homologado o acordo de suspensão condicional do processo, competirá ao administrador advertir o servidor das condições que deverá submeter-se, da duração da suspensão, das consequências advindas do seu descumprimento e do procedimento para a reparação do dano causado.

consagrando instrumento de cunho pedagógico, menos burocrático e oneroso e de indiscutível eficiência administrativa.

Em síntese, temos que a suspensão condicional do processo administrativo disciplinar reflete um instrumento de humanização das instituições públicas e de legitimação democrática no qual gravitam a dignidade e o valor da condição humana.

Trata-se de instrumento despenalizador, tão importante quanto inovador, para o nosso ordenamento jurídico.

5. Referências bibliográficas

GASPARINI, Diogenes. *Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2012.

DA COSTA, José Armando. *Prescrição Disciplinar*. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

POTENZA Marcel. *Processo Administrativo. Disciplinar e suas espécies*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2010.

CRETELLA JR., José. *Prática do Processo Administrativo*: São Paulo. Revista dos Tribunais, 2010.

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DA COSTA, José Armando. *Incidência Aparente de Infrações Disciplinares*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CARVALHO, Carlos Alencar. *Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

LESSA, Sebastião José. *Do Processo Administrativo Disciplinar e da Sindicância*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

DE ARAÚJO, Edmir Netto. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar Carvalho. *Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância à Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

ROMANO, Santi. *Princípios de Direito Constitucional Geral*. Revista dos Tribunais: 1977.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2000.

NETO, Floriano de Azevedo Marques Neto; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago (Org.). *Direito e Administração Pública*. São Paulo: Atlas, 2013.

MEDAUAR, Ode; SCHIRATO, Vitor Rhein (Coord.). *Os Caminhos do Ato Administrativo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

LOPES JR., Aury. *Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal*. Rio de Janeiro: Lums Juris, 2003.

SILVA, Angélica Karina de Azevedo Caúla. *Suspensão Condicional do Processo – Análise Garantista*. Curitiba: Juruá, 2007.